

Projeto de Lei nº. 22/2025, de 16 de setembro de 2025.

Institui, no âmbito do Município de Marcelino Vieira, o **Programa Municipal de Valorização das Boas Práticas Educacionais**, destinado ao reconhecimento e premiação de gestores escolares e docentes do Ensino Fundamental da rede pública municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em pleno exercício do cargo, envia a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei que Dispõe sobre o **Programa Municipal de Valorização das Boas Práticas Educacionais**, destinado ao reconhecimento e premiação de gestores escolares e docentes do Ensino Fundamental da rede pública municipal, e dá outras providências. Esperando a sua aprovação para a consequente sanção, nos termos da Lei orgânica do Município.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o **Programa Municipal de Valorização das Boas Práticas Educacionais**, com a finalidade de identificar, incentivar, valorizar e divulgar experiências inovadoras e exitosas realizadas por gestores escolares e docentes do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal, demonstrados através de

índices escolares que confirmem a qualidade da educação e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Art. 2º O Programa tem como objetivos:

- I – valorizar a atuação profissional de gestores escolares e docentes, reconhecendo iniciativas que contribuam com a qualidade da educação pública, promovendo a recomposição da aprendizagem e garantindo a equidade no processo educativo;
- II – estimular a implementação de práticas inovadoras e eficazes no processo de ensino e aprendizagem;
- III – fomentar a cultura de cooperação, protagonismo e corresponsabilidade entre profissionais da educação;
- IV – divulgar experiências de sucesso para servir de inspiração e referência para outras unidades escolares;
- V – desenvolver a análise de indicadores que mostrem o avanço do processo educativo do município, destacando os resultados de aprendizagem relacionados à alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 3º A participação no Programa se dará:

- I – Para gestores;
- II – Docentes atuando em sala de aula.

Art. 4º Serão consideradas **boas práticas educacionais** aquelas que demonstrem:

- I – impacto positivo no desempenho escolar dos estudantes;
- II – contribuição para o desenvolvimento integral dos alunos, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- III – inovação pedagógica ou de gestão;
- IV – fortalecimento da participação da comunidade escolar;
- V – promoção da inclusão, equidade e respeito à diversidade;
- VI – valorização ao esporte, saúde e cidadania.

Art. 5º A premiação dos gestores e docentes poderá compreender:

- I – entrega de certificado de reconhecimento;
- II – divulgação da prática em meios oficiais do município;
- III – entrega de notebook.

Art. 6º Serão premiados com notebook/tablete

- I – 01 professor(a) de alfabetização (1º e 2º anos);
- II – 01 professor(a) dos anos iniciais do Ensino Fundamental(3º ao 5º anos), excetuando de 1º e 2º anos.
- III – 01 professor(a) dos anos finais do Ensino Fundamental;
- IV – 01 professor(a) da Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- V – 01 Gestor Escolar.

Art. 7º A seleção de docente e gestores será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, observados critérios de:

I – Anos Iniciais

- a) Consecução do objetivo de alfabetização na idade certa dos estudantes;
- b) Análise dos indicadores de aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes, a partir das avaliações externas aplicadas aos estudantes (Resultados automáticos do sistema a partir das informações produzidas pelo INEP);
- c) Apresentação de projetos, ações e metodologias inovadores no processo de ensino-aprendizagem;
- d) cumprir, no mínimo, 90% (noventa por cento) de frequência efetiva em sala de aula durante ano letivo.

II – Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- a) Apresentação de projetos, ações e metodologias inovadores no processo de ensino-aprendizagem;

- b) Demonstração de compromisso no desenvolvimento do trabalho docente (assiduidade, procedimentos pedagógicos e não-pedagógicos) ;
- c) Mostrar melhores índices educacionais em relação ao fluxo escolar (aprovação e reprovação);
- d) cumprir, no mínimo, 90% (noventa por cento) de frequência efetiva em sala de aula durante ano letivo.

III – Gestão

- a) Apresentação de projetos, ações e metodologias inovadores no processo de ensino-aprendizagem na escola;
- b) Incentivo da participação de toda a comunidade escolar nas atividades escolares;
- c) Melhoria nos índices de resultados escolares, observando aprovação, reprovação e evasão e IDEB (no ano de divulgação);
- d) Aumento de matrículas, conforme informações do Censo Escolar do ano anterior.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Marcelino Vieira/RN, 16 de setembro de 2025.

Hindemberg Pontes De Lima
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA

Submetemos para apreciação de Vossas Excelências, o **Projeto de Lei nº. 22/2025**, de 16 de setembro de 2025.

O presente projeto de Lei visa Instituir, no âmbito do Município de Marcelino Vieira, o Programa Municipal de Valorização das Boas Práticas Educacionais, destinado ao reconhecimento e premiação de gestores escolares e docentes do Ensino Fundamental da rede pública municipal, e dá outras providências.

O referido programa terá grande importância para o incentivo e valorização dos Professores de nosso Município e será acompanhado e fiscalizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Por essas razões, e por se tratar de matéria de grande importância para o município, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos senhores Vereadores com a certeza de que Vossas Senhorias terão condições de analisar a importância desta iniciativa.

Atenciosamente,